



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 01221784220198060001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE WAGNER DA SILVA PAULO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	26/10/2018
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	843,75

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSE WAGNER DA SILVA PAULO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00751

CONTA: 000000042311-0

Nr. da Autenticação 4803829C9B2940E3

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO - SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008
(ENQUADRAMENTO EQUIVOCADO DA LESÃO DIANTE DA TABELA)

Eis que, considerando o laudo pericial produzido, verifica-se que a gradação realizada não retrata da maneira correta a invalidez apresentada pela vítima.

Há de ser considerado que a gradação deverá considerar a efetiva invalidez a que restou acometida a vítima, devendo ser observado que somente foi atingido o joelho, de maneira que o enquadramento da lesão deve ser feito conforme previsão da tabela para este seguimento.

As limitações físicas irreparáveis restringem-se ao Joelho inexistindo razão para a gradação realizada, contudo, cabe observar a previsão da tabela anexa à lei 11945/09 que possui enquadramento quando a invalidez refere-se especificamente ao JOELHO.

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

INSTABILIDADE IMPORTANTE ARTICULAR ANTERIOR DO JOELHO DIREITO, ATROFIA MUSCULAR E BLOQUEIO DA FLEXÃO

Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido à vítima com base na lesão suportada:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda completa de mobilidade de um quadril, <u>joelho</u> ...	25	R\$ 3.375,00

Repercussão	Valor da Indenização
50% (grau médio)	R\$ 1.687,50

Sendo assim, na remota hipótese de condenação, o enquadramento da lesão deve ser feito conforme cálculo acima, considerando, ainda, o incontroverso pagamento administrativo realizado na quantia de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
FORTALEZA, 27 de janeiro de 2020.

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
14752 - OAB/CE